

Percepções dos estudantes sobre as escolas de ensino médio do Rio Grande do Norte: o que se deve reformar?

Students' perceptions of secondary schools in Rio Grande do Norte:
what should be reformed?

Crislaine Cassiano Drago¹

Dante Henrique Moura²

Resumo: Este estudo tem por objetivo explicitar as percepções dos estudantes das escolas públicas de ensino médio o Rio Grande do Norte a respeito dos problemas enfrentados por eles no cotidiano de suas atividades escolares. Foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e empírica, utilizando-se questionário semiestruturado aplicado a 1.014 estudantes de ensino médio de 14 escolas públicas da rede federal e estadual do Rio Grande do Norte. As conclusões parciais mostram que a reforma do ensino médio instituída pelo governo federal por meio da Lei nº 13.415/2017 não atende os anseios dos alunos das escolas públicas de nível médio do RN. De cunho unicamente curricular, a reforma contribui para exacerbar a dualidade e a exclusão educacional do país e para mostrar que as dificuldades cotidianas dos estudantes e das escolas não estão sendo consideradas na formulação das políticas de ensino médio do país, nem sendo solucionadas pela reforma em curso.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Reforma do Ensino Médio; Escolas de ensino Médio; Percepções dos Estudantes.

Abstract: This study aims to explain the perceptions of students from public high schools in Rio Grande do Norte regarding the problems faced by them in their daily school activities. It was carried out through bibliographic and empirical research, using a semi-structured questionnaire applied to 1,014 high school students from 14 federal and state schools of Rio Grande do Norte. The partial conclusions show that the reform of secondary education instituted by the federal government through Law No. 13,415 / 2017 does not meet the wishes of students from public high schools in RN. Of a purely curricular nature, the reform contributes to exacerbating the duality and educational exclusion of the country and to show that the daily difficulties of students and schools are not being considered in the formulation of the country's high school policies, nor are they being solved by the ongoing reform.

Keywords: Educational Policies; High School Reform; High schools; Students' perceptions.

Introdução

O estudo que aqui se apresenta é parte integrante de uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo geral é analisar como as políticas e programas educacionais específicos do ensino médio, as condições de trabalho e a formação docente, assim como as práticas formativas desenvolvidas em escolas públicas do Rio Grande

1 Doutoranda e Mestre em Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

2 Doutor em Educação. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Educação - NUPED/IFRN.

do Norte que atuam em diversas formas de oferta nessa etapa educacional podem contribuir para que a trajetória dos estudantes ocorra na perspectiva da formação humana integral, tendo o trabalho como princípio educativo.

A pesquisa empírica realizada pelo grupo de pesquisadores constituiu-se na aplicação de questionários semiestruturados a 1.014 estudantes; 173 docentes e 46 gestores de 14 escolas públicas da Rede Federal e Estadual de 9 municípios do estado do Rio Grande do Norte (Currais Novos, Caicó, Ipanguaçu, João Câmara, Mossoró, Natal, Parnamirim, Pau dos Ferros e Santa Cruz). A pesquisa é financiada por meio do Edital FAPERN /CAPES 01/2013 - Apoio aos Programas de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio Grande do Norte.

O presente trabalho se refere a um recorte da pesquisa mais ampla acima mencionada, sendo também constituído por pesquisa bibliográfica e empírica. Ressalta-se que o conjunto dos dados obtidos na íntegra por meio dos questionários aplicados não só aos estudantes, mas também aos docentes e gestores, constitui importante acervo para a compreensão do ensino médio desenvolvido nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Norte. A totalidade do estudo apresenta resultados muito abrangentes e em múltiplos aspectos do ensino médio, envolvendo estudantes, docentes e gestores de escolas estaduais e federais em vários municípios diferentes, cuja análise não poderia ser comportada em um único trabalho, fato que justifica o recorte aqui realizado.

Deste modo, para a realização deste estudo foram selecionados como sujeitos os 1.014 estudantes de ensino médio que responderam ao questionário em 14 escolas públicas da rede estadual e federal de ensino, de todos os 9 municípios pesquisados. O questionário originalmente aplicado continha 31 questões das quais foram utilizadas apenas duas, justamente as que se relacionavam ao objetivo aqui proposto de explicitar as percepções dos estudantes das escolas públicas de ensino médio do RN a respeito dos problemas enfrentados por eles no cotidiano de suas atividades escolares e as suas possíveis soluções.

A explicitação destes aspectos é de fundamental importância para que se possa compreender a realidade cotidiana das escolas de ensino médio e seus estudantes, a fim de que se possam elaborar estratégias de reformulação desta etapa de ensino, tornando-a capaz de promover a formação desejada aos jovens e adultos que cursam a etapa final da educação básica. Compreende-se, pois, que evidenciar os problemas das escolas públicas de nível médio a partir do olhar de seus estudantes pode ser o primeiro passo na direção da superação destes problemas, contribuindo assim para a melhoria da educação ofertada pela rede pública.

Assim, a fim de se realizar a referida análise, este trabalho se encontra dividido em mais cinco sessões além desta introdução. Na primeira parte, trata-se de modo mais detalhado a metodologia utilizada no trabalho. Na segunda, efetiva-se uma breve contextualização das políticas educacionais desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 2000, enfatizando-se as políticas direcionadas ao ensino médio. Na terceira, busca-se explicitar as percepções dos estudantes de ensino médio do RN sobre os problemas enfrentados por eles nas escolas públicas neste nível de ensino, a fim de que se possam desvendar quais aspectos necessitam ser reformados. No item seguinte são abordadas as possíveis soluções apresentadas pelos discentes para que se possa superar, ou pelo menos atenuar estas problemáticas. Por fim, nas considerações finais, são pontuados os principais aspectos abordados e as conclusões a que se chegou com a pesquisa realizada.

Metodologia

Conforme anteriormente mencionado, este trabalho se trata de um recorte de uma pesquisa mais ampla que envolveu a aplicação de questionários semiestruturados a estudantes, docentes e gestores. No presente trabalho realizamos a análise das respostas dadas apenas pelos estudantes a dois itens do questionário citado: as questões 21 e 22, que se referiam, respectivamente, aos principais problemas enfrentados por eles nas escolas que estudam e quais sugestões eles dariam para solucioná-las.

Cabe ressaltar que 1.014 estudantes de ensino médio participaram da pesquisa, oriundos de 14 escolas públicas da rede estadual e federal de ensino, nos 9 municípios pesquisados. Destes, 831 responderam à questão 21 (cite cinco problemas da escola em que você estuda), o que gerou 2.095 pontos apontados; e 668 responderam à questão 22 (Que ações podem contribuir para solucionar os problemas que você elencou na questão anterior?), com 845 itens de solução apresentados pelos estudantes.

O recorte destas questões específicas se justifica pela tentativa de se compreender o que os estudantes consideram como problemático na realidade cotidiana ds escolas de ensino médio que estudam e o que poderia ser feito para superá-las, e se estas respostas se afinam à reforma de cunho unicamente curricular estabelecida pelo Ministério da Educação. Neste sentido, a análise aqui realizada se refere às respostas dadas pelos estudantes a estas questões e qual sua correspondência com a reforma do ensino médio atualmente em curso no país.

O ensino médio nas políticas educacionais dos anos 2000: em busca de uma finalidade

Não há como desvincular as análises sobre as políticas educacionais do contexto político e econômico fundamentado nas políticas neoliberais que se desenvolvem no país desde a década de 1990 e, notadamente, a partir dos anos 2000. Tal fato advém da compreensão de que o campo educacional não está isento das influências destes aspectos, sendo, ao contrário, intensamente afetado pelos objetivos do modelo de regulação capitalista.

A este respeito, Silva & Azevedo (2012) informam que a inserção não só do Brasil, mas de toda a América Latina no projeto de Estado globalizado foi orientado e financiado por instituições internacionais como a Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Os autores explicam que este processo “exigiu ajustes fiscais e a superação de natureza socioeconômica, política e educacional, levando os países a efetivarem reformas estruturais, vislumbrando um Estado mínimo do ponto de vista social, mais forte, em relação aos interesses do capital, utilizando-se das ferramentas da economia informacional” (SILVA, AZEVEDO, 2012, p. 253).

Em decorrência desses ajustes, os países latino-americanos passam a sofrer efeitos como o aumento das desigualdades, desemprego e empobrecimento da população. Sobre este aspecto, Moura (2013) esclarece que o modo de produção capitalista em sua fase neoliberal patrocina a exacerbação das desigualdades sociais e econômicas e do individualismo, deslocando a centralidade da sociedade para a dimensão econômica, onde os seres humanos são instrumentos necessários à sua preservação e fortalecimento.

Neste sentido, as políticas educacionais são direcionadas para os fins considerados úteis ao modo de regulação econômica vigente, no qual o ensino médio se apresenta como o lócus principal da dualidade educacional. Este possui uma dupla finalidade: proporcionar a formação necessária às classes dirigentes

para o acesso ao ensino superior e continuidade de estudos e, por outro lado, promover formação mínima para a classe trabalhadora, que lhe permita o acesso ao mercado de trabalho, onde vai atuar principalmente em postos subalternos e precarizados.

A existência de modelos distintos para públicos diferentes reduz o ensino médio a um caráter unilateral, onde cada grupo recebe apenas a parte que lhe cabe de formação, de acordo com o plano econômico traçado pela política neoliberal. Para Moura, “esse apartheid educacional é plenamente coerente com a sociedade neoliberal, pois, afinal, ela se nutre da desigualdade ao mesmo tempo em que a alimenta, já que essa é a substância vital da competitividade” (MOURA, 2013, p. 112. Grifo do autor). As políticas educacionais postas em prática no Brasil nos anos 2000 são orientadas por esta finalidade, de tal forma que se desenvolvem no país projetos e programas focalizados, com o objetivo de atender as diferentes necessidades de nosso modelo educacional.

Desta forma, as políticas de ensino médio implementadas nos anos 2000 têm suas origens recentes no modelo educacional traçado a partir da década de 1990, cujas premissas se encontram explicitadas na então nascente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, amplamente modificada já a partir da década seguinte. As finalidades do ensino médio previstas na LDB de 1996 direcionavam este nível de ensino para a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos do ensino fundamental; a preparação básica para o trabalho e para a cidadania; a formação ética, o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico; e, por fim, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos do processo produtivo, por meio da relação teoria e prática (BRASIL, 1996, Art. 35).

Estas finalidades deixam clara a intenção do governo federal em estabelecer relações entre a formação de nível médio e a formação para o trabalho. No entanto, é contraditória a forma como estas relações são orientadas pelas normativas institucionais e, posteriormente, como elas se materializam nas escolas. Isso acontece porque os programas e projetos propostos pelo governo apresentam em seu bojo contradições e concepções divergentes sobre a relação entre educação básica e profissional.

Assim, estas relações se dão de formas distintas, de acordo com os movimentos instituídos pelos grupos que direcionam a política ou dos que pressionam por sua realização. É assim que educação básica e profissional se apresentam primeiro de forma separada, por meio do Decreto nº 2.208/1997; mais tarde de forma integrada (ou articulada), como se institui por meio do Decreto nº 5.154/2004 e, ainda, com a atual reforma do ensino médio instituída pelo governo federal por meio da Medida Provisória nº 746/2016, que separa novamente a formação profissional da educação básica.

Analisando o percurso histórico das políticas de educação profissional durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Ramos (2014) afirma que a equipe que assumiu o Ministério da Educação objetivava realizar a reconstrução das políticas públicas de educação profissional e tecnológica, a partir das contribuições acadêmicas e experiências institucionais e comunitárias, bem como por meio do aparato legislativo e da correção de distorções que se manifestavam até aquele período (início dos anos 2000).

As intenções manifestas pelo Ministério da Educação envolviam a instituição de mecanismos de controle e acompanhamento das políticas; a definição de competências dos entes federativos; e a redução da privatização da educação profissional com o redirecionamento dos recursos para as instituições públicas (RAMOS, 2014). É importante ressaltar que nem todas as ações anunciadas foram efetivamente cumpridas. No entanto, uma das principais ações da política instituída pelo governo Lula foi a revogação do Decreto nº 2.208/1997 e sua substituição pelo Decreto nº 5.154/2004, num percurso marcado “pelo

diálogo com a sociedade civil e política, *reconhecendo-se a disputa entre diferentes interesses* e pautando-se pela transparência nas discussões e nas decisões” (RAMOS, 2014, p. 65. Grifo nosso).

É necessário, pois, compreender que as contradições presentes nas políticas se devem à correlação de forças e às disputas político-ideológicas que se estabelecem na definição das finalidades do ensino médio, enquanto última etapa da educação básica, bem como os distintos projetos societários em disputa no campo educacional. Este movimento pode ser observado na existência de concepções diferentes de formação humana presentes nos documentos institucionais, orientadores das ações educativas, nos quais ora apresenta-se uma concepção de formação humana integral, evidenciando a preocupação com a formação global dos jovens e adultos que cursam o ensino médio e, contraditoriamente, em outros documentos, apresenta-se uma concepção de formação voltada unicamente para a preparação da força de trabalho para o mercado.

São assim, realizadas ao longo da história recente do país, inúmeras políticas de ensino médio marcadas por esta contradição. Entre as políticas postas em prática a partir de 2003 no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, além do retorno da possibilidade de integração entre ensino médio e educação básica promovida pelo já citado Decreto nº 5.154/2004, foram criados, segundo Lima (2015),

Alguns programas para viabilizar a consolidação da reforma e a melhoria da qualidade do Ensino Médio; dentre esses sobressaem: o *Programa de Equalização das Oportunidades da Educação Básica* (PRODEB) (2005); o *Programa de Melhoria do Ensino Médio* (PROMED) (2007); e o *Programa Brasil Profissionalizado* (Decreto nº 6.302/2007), este último visa fortalecer as redes de ensino que ofertam Educação Profissional e Tecnológica [...] Nesse governo, o *Exame Nacional do Ensino Médio* (Enem) - (1998), criado no governo de Fernando Henrique Cardoso como instrumento de avaliação dessa etapa de ensino, passou a ser utilizado também, como forma de seleção para as universidades públicas. Houve, ainda, a implementação do *Programa Ensino Médio Inovador* (Portaria nº 97/2009) que consiste em um programa que oferece apoio técnico e financeiro como forma de incentivar as redes estaduais de educação a criar iniciativas inovadoras para o Ensino Médio (LIMA, 2015, p. 70-71. Grifos nossos).

Além dos programas citados, destaca-se ainda o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011 que tem como um de seus objetivos promover a melhoria da qualidade do ensino médio por meio de sua articulação com a educação profissional. A criação destes diferentes programas, além da incorporação de novas finalidades no Enem, foram iniciativas do governo visando atender a demanda da sociedade por uma redefinição no papel do ensino médio e, ao mesmo tempo, promover a capacitação dos jovens e adultos, apontada como solução para sua inserção no meio produtivo.

Para isso, parece ser um caminho natural encontrado pelo governo a aproximação da educação básica com a educação profissional, demonstrada pelo conjunto das políticas e programas acima citados. No entanto, a reforma do ensino médio em curso atualmente, por meio da aprovação da Lei nº 13.415/2017, refere-se a mudanças unicamente nos currículos das escolas de ensino médio, não alterando outros aspectos necessários à elevação da qualidade, como investimentos na melhoria da infraestrutura e na valorização dos profissionais da educação.

Desta forma, a reforma do ensino médio, pautada na hierarquização das áreas do conhecimento e no esvaziamento no ensino dos conteúdos construídos pela humanidade e socialmente referenciados, promove uma dualidade ainda maior na formação dos jovens. A reforma estabelece, pois, uma separação ainda mais exacerbada entre formação intelectual e formação para o trabalho, ou seja, aumenta ainda mais

a dualidade entre trabalho intelectual e manual, entre aqueles que são formados para pensar e decidir sobre o processo de trabalho, e aqueles formados apenas para executá-lo.

A partir desta reforma, os estudantes de ensino médio da escola pública terão uma formação marcada pelo empobrecimento do currículo na etapa final da educação básica, com a redução do número de disciplinas obrigatórias (permanecendo apenas língua portuguesa, matemática e inglês). Sob o discurso da flexibilidade no itinerário formativo dos jovens do ensino médio, a reforma fortalece ainda mais o caminho traçado para a classe trabalhadora nos países de capitalismo periférico como o Brasil: uma educação pobre e mínima para trabalhos pobres e subalternos.

Como consequência, tem-se um esvaziamento do significado de ensino médio que vem sendo construído no decorrer da história recente, na perspectiva da formação humana integral tendo o trabalho como princípio educativo. Em seu lugar, fortalece-se a concepção de formação pragmática e mínima para a classe trabalhadora, à qual se destina uma educação ainda mais fragmentada e aligeirada, sob o discurso da flexibilização e da inserção mais rápida no mercado de trabalho.

A partir das reflexões de Gramsci sobre o trabalho como princípio educativo da escola unitária, Saviani (2007) esclarece que a relação entre educação e trabalho, e entre conhecimento e atividade prática no ensino médio deverá ser explorada de maneira explícita e direta, recuperando a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Cabe então à escola “explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo” (SAVIANI, 2007, p. 160).

Desta forma, a escola de ensino médio deve proporcionar aos jovens uma formação que possibilite a compreensão das relações entre conhecimento científico e processo produtivo, por meio da articulação entre teoria e prática. No entanto, Saviani (2007) alerta para o fato de que aliar teoria e prática não se trata de reproduzir na escola a profissionalização que ocorre no processo produtivo, mas “propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos” (SAVIANI, 2007, p. 161).

Entende-se assim, que as reformas instituídas no ensino médio devem ser construídas a partir de uma perspectiva de formação humana integral, que considere o indivíduo em seus múltiplos aspectos. O que se busca, portanto, no ensino médio, é uma formação ampla, capaz de desenvolver nos estudantes o conhecimento dos princípios científicos, suas manifestações e aplicações no mundo em que vivem, auxiliando-os na compreensão da realidade concreta em que se situam, e na atuação consciente e cidadã no processo de transformação desta realidade.

Diante do exposto, o que se pretende na próxima sessão é buscar compreender como o ensino médio vem se desenvolvendo em sua materialidade, nas escolas de nível médio do Rio Grande do Norte, lócus deste estudo. Tal compreensão é construída a partir da perspectiva dos estudantes, que discorrem sobre os problemas enfrentados por eles em suas escolas e quais aspectos necessitam ser reformulados, a fim de se promover a solução dos problemas apontados por eles.

Percepções dos estudantes sobre as escolas de ensino médio: o que se deve reformar?

Conforme já esclarecido no início deste trabalho, este se constitui em um recorte de uma pesquisa mais ampla, na qual foram aplicados questionários semiestruturados a estudantes de ensino médio de escolas públicas estaduais e federais do RN. A partir do recorte deste estudo, nos dedicamos a analisar nesta sessão as respostas dos estudantes à questão 21 do referido questionário: *cite cinco problemas da escola em que você estuda*. Dos 1.014 participantes, 831 responderam à solicitação e 183 deixaram a questão em branco. Nem todos os estudantes apontaram os cinco problemas solicitados, alguns citaram apenas dois ou três e outros apenas um. Do total de problemas apontados, chegou-se a 2.095 respostas.

Os problemas citados pelos estudantes foram agrupados por temas afins, formando quatro grandes categorias temáticas que representam os setores ou áreas mais problemáticas das 14 escolas pesquisadas. Na categoria *Estrutura* foram agrupados os problemas que se referiam à infraestrutura física das escolas, envolvendo a existência ou não dos espaços destinados à realização das aulas; quadra; laboratórios; banheiros, entre outros, bem como as suas condições de funcionamento. Foram citadas ainda as condições da alimentação e da água que é consumida nas escolas.

Na categoria *Administração*, foram agrupadas as temáticas citadas referentes ao relacionamento dos discentes com a gestão da escola e a atuação da gestão, envolvendo tanto a direção quanto as coordenações e demais funções dentro da área administrativa. No que se refere aos *Processos Formativos*, as temáticas envolviam aspectos do processo ensino aprendizagem como metodologia de ensino; currículo; avaliação; relação professor aluno, entre outros. Por fim, na categoria *Segurança*, são situados pontos acerca da violência e uso de drogas dentro e no entorno das escolas.

Assim, dos 831 estudantes que responderam à questão solicitada foram obtidas 2.095 respostas, apresentando-se a seguinte distribuição por categoria: *Estrutura* – 1306 ocorrências; *Administração* - 159 ocorrências; *Processos Formativos* – 381 e *Segurança* - 66 ocorrências. O número de ocorrências representa a quantidade de vezes que os alunos citaram problemas referentes àquela determinada área. O gráfico abaixo ilustra o conjunto das situações problemáticas apontadas pelos discentes, distribuídas por categorias:

Gráfico 1 – Problemas das escolas de ensino médio do Rio Grande do Norte segundo os estudantes.



O gráfico mostra dados reveladores a respeito da situação em que se encontram as escolas públicas do estado. Poucas ocorrências se referiram a questões relativas à segurança (3%) e um número significativo de estudantes não respondeu à questão proposta (9%). Problemas com a administração da escola (8%) e os processos formativos (18%) são acentuados, no entanto, a estrutura (62%) é, sem dúvida, o grande gargalo a ser enfrentado.

Os problemas relatados em relação à administração englobavam desde a falta de organização das rotinas da escola como a distribuição do lanche e do transporte escolar até a organização da escola como um todo. Também foram citados a falta de diálogo e respeito da gestão com o corpo discente; o não cumprimento de ações planejadas; falta de interesse e apoio aos discentes, além do estabelecimentos de regras desnecessárias na escola.

Quanto à categoria processos formativos, os estudantes apontaram questões problemáticas em relação ao ensino, às aulas, aos professores e aos projetos da escola. Sobre o ensino oferecido nas escolas, afirmaram que é “ruim”, “pobre”, “carente” e de “pouca qualidade”. Para eles, faltam materiais didáticos e mais planejamento por parte dos professores. Quanto às aulas, foram citadas a falta de aulas por falta de professores de algumas disciplinas; as mudanças constantes de horários; falta de aulas práticas, de campo e em ambientes como laboratórios e quadra; a existência de aulas monótonas e ruins, além do barulho nos corredores que atrapalham a concentração nas aulas.

Sobre os professores, os alunos apontaram problemas como a falta de professores de algumas disciplinas na escola e o fato de que alguns professores não ministram aulas; professores “ruins” que não explicam direito, não têm capacitação/qualificação e não tem didática. Foram apontados também o desinteresse, desmotivação, desorganização e falta de planejamento, além de falta de paciência e empatia com os alunos. Outro ponto citado foi a rotatividade dos professores nas escolas. Sobre os projetos, os alunos citaram a falta de continuidade e não finalização dos projetos iniciados ou a não realização de projetos nas escolas, especialmente com temáticas diferenciadas de interesse dos estudantes, como música e dança. Estes ainda apontaram problemas com a falta de recursos e materiais necessários para a realização destas atividades.

Quanto à categoria segurança, os estudantes citaram a falta de segurança no entorno da escola, no trajeto entre a escola e o ponto de parada do transporte público e, ainda, o uso de drogas nas dependências da instituição por parte dos próprios alunos. No entanto, a categoria mais problemática foi, sem dúvida, a referente à estrutura das escolas. Cabe ressaltar que, das 2.095 respostas desta questão, 1.306 (62%) se referiam às condições de infraestrutura física das escolas, o que nos leva a apresentar de forma mais detalhada as informações prestadas pelos estudantes no quadro abaixo:

Quadro 1 – Problemas de Estrutura das escolas de ensino médio do RN segundo os estudantes.

Nº	ÁREAS	OCORRÊNCIAS
01	Sala de aula (ênfase na climatização)	293
02	Infraestrutura	197
03	Merenda/Lanche/Alimentação	168
04	Quadras	150
05	Banheiros	125
06	Água	56
07	Cadeiras	55
08	Limpeza/Higiene	49
09	Laboratórios	43
10	Internet	32
11	Recursos Financeiros	31
12	Bebedouro	27
13	Computadores	23

14	Fardamento	16
15	Biblioteca	16
16	Ônibus	13
17	Telhado	12
TOTAL		1306

Como se pode observar no quadro acima, as condições físicas das escolas apresentam problemas graves em 17 pontos diferentes com relação à estrutura considerada necessária pelos alunos para que possam ter acesso a uma educação de qualidade. O maior número de ocorrências se refere à climatização das salas de aula, consideradas por eles muito quentes, o que acaba por prejudicar o processo de ensino aprendizagem. De acordo com que os estudantes descreveram apenas parte das escolas pesquisadas conta com salas climatizadas e, entre as que possuem condicionador de ar, muitas estão com os aparelhos quebrados ou sem condições de uso. A maioria das escolas têm apenas ventiladores nas salas, muitos quebrados, e outras não possuem nem ventilador, fazendo com que as salas permaneçam quentes e sem ventilação, principalmente no verão.

Outro ponto bastante citado (197 ocorrências) foi a infraestrutura física das escolas de modo geral, considerada deficitária e ruim. Como exemplo da situação precária da estrutura física, 12 estudantes relataram problemas com o telhado de uma escola que está cheio de goteiras que, quando chove, alaga as salas de aula e as aulas são suspensas. O lanche servido nas escolas foi considerado ruim, pouco nutritivo, de pouca qualidade e/ou quantidade insuficiente por 168 estudantes e a falta de água, bem como a má qualidade da água dos bebedouros também foi outro ponto significativo, sendo apontada por 56 estudantes.

A higiene/limpeza dos ambientes das escolas (49 ocorrências), principalmente dos banheiros (125 – sujos, quebrados, sem portas, sem água, etc.) foram outros pontos expressivamente assinalados. A ausência ou péssimas condições de uso de espaços físicos adequados para algumas atividades dos estudantes também foi citada, como a falta de uma quadra (150 ocorrências) para as aulas de educação física e a prática de esportes, e a falta de laboratórios (43 ocorrências) para aulas práticas. Outros pontos também foram apontados, como a falta de cadeiras adequadas (55), acesso à internet (32), computadores (23) e recursos financeiros (31) suficientes para o custeio das atividades das escolas.

Os aspectos acima descritos evidenciam as condições precárias em que se encontram as escolas de ensino médio do RN. Deve-se salientar que os problemas citados a respeito das categorias segurança e estrutura se referem basicamente às escolas da rede estadual (10). Quando isolados os dados da rede federal (4) observa-se apenas problemas pontuais com relação às categorias processos formativos (como falta de aulas práticas e de campo; visitas técnicas; rotatividade e metodologia de ensino dos professores; realização de projetos com temáticas diferenciadas etc.) e administração (gestores desinteressados, que não têm diálogo e não resolvem os problemas dos alunos, por exemplo).

Tal fato não significa que as escolas federais somente tenham problemas com os processos formativos e as estaduais com estrutura, mas, que estas categorias se apresentam de forma diferenciada nas duas redes de ensino. Pode-se inferir pela análise destes dados que os alunos das escolas estaduais ainda enfrentam problemas estruturais tão básicos, como o calor excessivo nas salas de aula, a falta de professores de algumas disciplinas e uma quadra para as aulas de educação física; que os aspectos pedagógicos acabem ficando em segundo plano. A aprendizagem se vê, assim, comprometida pela falta de estrutura e condições de funcionamento das escolas.

Por outro lado, nas escolas da rede federal, a inexistência destes problemas ou sua existência em escala bem menos recorrente, faz com que os alunos voltem sua atenção para problemas mais relacionados ao processo de ensino aprendizagem, como a qualificação dos professores, a realização de aulas diferenciadas (técnicas, de campo etc.) e em ambientes específicos (laboratórios). Além disso, é importante ressaltar que foram pesquisadas apenas 4 escolas da rede federal, ao passo que foram aplicados questionários para estudantes de 10 escolas da rede estadual, o que demonstra que a realidade descrita se aproxima mais do cotidiano da maioria das escolas públicas que pertencem ao Estado.

Independente destes aspectos, o que se precisa compreender a partir dos dados acima descritos é que as escolas de ensino médio do Estado necessitam de uma reformulação que deve partir, primeiramente, da melhoria de suas condições físicas e de funcionamento. Isto requer a mobilização não só da administração de cada escola, mas da rede de ensino como um todo, envolvida na busca de soluções para as diversas problemáticas apontadas pelos estudantes. É a partir da concepção deles que, na próxima sessão, são discutidas as possíveis soluções para estes problemas.

Caminhos para a superação: o que dizem os estudantes?

Buscando compreender que soluções os estudantes consideravam necessárias para resolver os problemas elencados por eles, realizou-se a análise da questão seguinte, de número 22 do questionário, que indagava aos discentes: *Que ações podem contribuir para solucionar os problemas que você elencou na questão anterior?* Neste item, destaca-se o fato de que o número de respondentes foi bem menor do que na questão anterior, quando se pediu que eles elencassem os problemas das escolas.

Deste modo, dos 1.014 estudantes pesquisados, apenas 668 responderam a questão enquanto 336 se abstiveram. Chegou-se assim, a um total de 845 respostas neste item, um número bastante reduzido em comparação ao item anterior. Como as soluções se referiam aos problemas anteriormente citados e as respostas estavam relacionadas, optou-se por utilizar o mesmo conjunto de categorias, ressaltando-se o que os discentes consideraram como possível solução em cada uma delas. O gráfico 2, apresentado abaixo, representa as respostas fornecidas por eles:

Gráfico 2 – Soluções apontadas pelos estudantes para melhorar os problemas das escolas do Rio Grande do Norte.



Da mesma forma que no item anterior, a *estrutura* foi o item mais citado (43%), seguido pelos *processos formativos* (14%), *administração* (12%) e *segurança* (2%), além daqueles que não responderam à questão (29%). Dentre as respostas da categoria *administração*, a solução mais citada pelos estudantes foi melhorar a gestão/coordenação das escolas (147 ocorrências), o que envolve, segundo eles, melhorar o

desempenho da gestão, que esta reveja sua forma de gerenciar a escola, seja mais organizada, tenha mais iniciativa para resolver os problemas e um diálogo maior com os alunos.

Foi citada ainda, nesta categoria, a necessidade da gestão das escolas realizar o planejamento de suas ações de forma mais compartilhada com os pais/responsáveis e alunos; que a gestão seja mais dedicada à escola e resolva os problemas de estrutura, além de possuir a qualificação necessária para atuar no cargo de direção. Citou-se também a eleição para o provimento do cargo de diretor escolar.

Na categoria *processos formativos* (165 ocorrências), foram apontadas as subcategorias ensino (21); aulas (37); professores (78) e projetos (29). Sobre o ensino, os estudantes consideraram necessário melhorar a metodologia dos professores; que este seja mais rígido e elaborado com a realização de projetos. Segundo os estudantes, se a estrutura da escola for melhor, o ensino também teria uma maior qualidade. Citaram ainda a necessidade de se melhorar a qualificação dos professores e, por fim, que o governo dê mais importância ao ensino e invista mais verbas na educação. O ensino em blocos foi apontado como algo ruim, que precisa ser suprimido e substituído pelo sistema de aulas bimestrais.

Quanto às aulas, repetiu-se a necessidade de melhoria da estrutura e climatização das salas de aulas. Apesar deste item não se referir diretamente às aulas e sim à estrutura, o fato dele ser apontado pelos estudantes evidencia como as condições estruturais da escola influencia na qualidade das aulas e, em consequência, de todo processo de ensino aprendizagem. Sobre as aulas propriamente ditas eles apontaram a existência de aulas com melhor qualidade; aulas diferentes; mais divertidas; e, ainda, mais práticas, com aulas de campo e em laboratórios. Abordou-se também sobre as reformas nas escolas, que elas não sejam realizadas durante o período letivo, pois atrapalham as aulas.

Sobre os professores, os estudantes disseram que é preciso fazer com que os professores não falem às aulas e que não falem professores nas escolas. Que eles sejam mais motivados e tenham mais responsabilidade, dedicação e interesse; que tenham mais diálogo, compreensão e tratem bem os alunos; tenham uma melhor formação e sejam mais bem preparados; que sejam contratados professores melhores, qualificados e da área que atuam; além de melhorar o ensino e a metodologia dos professores.

Com relação aos projetos, os discentes demonstraram interesse de que esta fosse uma prática mais recorrente nas escolas, que tivessem mais recursos para a sua realização e que se pudesse finalizar os projetos iniciados, muitas vezes interrompidos por falta de recursos. Além disso, gostariam que fossem realizados mais projetos inovadores, com temáticas diferenciadas e que integrassem todos os estudantes. Apontaram ainda mais iniciativa dos funcionários das escolas para a realização destas atividades.

Na categoria *segurança* (22 ocorrências), apontaram ser necessário contratar uma equipe e aumentar o número de seguranças; colocar policiamento dentro e nos arredores da escola; reforçar ou melhorar a segurança com a instalação câmeras de segurança. Abordaram ainda ser preciso acabar com o uso de drogas nas dependências das escolas.

Por fim, na categoria mais citada, *estrutura* (511 ocorrências), abordou-se a melhoria das condições de infraestrutura das escolas (134), com a realização de reformas, construção de novos espaços e manutenção dos espaços existentes. Para tanto, a destinação de mais recursos financeiros (179) por parte do governo foi o ponto mais recorrente. As salas de aula foram citadas com ênfase na melhoria da climatização (54), com aquisição de ventiladores ou condicionadores de ar, bem como o reparo e manutenção dos equipamentos existentes.

Questões básicas como a água (9) e os bebedouros (9) também foram citados, envolvendo o cuidado

maior com o tratamento e a melhoria da qualidade da água fornecida nas escolas; além de se resolver a questão da falta recorrente de água para a manutenção da limpeza e potável para o consumo. Os discentes também solicitam a limpeza e a manutenção mais frequentes dos bebedouros existentes nas escolas, bem como a instalação de bebedouros novos, com água gelada e de melhor qualidade. Melhorar a limpeza e higiene da escola (17 ocorrências) e a qualidade da merenda/ lanche (20) servidos aos alunos também foram itens recomendados pelos discentes. Quanto aos banheiros (13), solicitou-se identificar os banheiros com placas; colocar e/ou consertar as portas dos banheiros; reformar/restaurar; melhorar a limpeza e a manutenção desses ambientes.

Pontos relativos aos serviços da escola também foram citados, como a melhoria do acesso e velocidade da internet para a realização de pesquisas (8). Para isso, apontaram ainda a necessidade de aquisição de mais computadores nas escolas (7), aos quais eles possam ter acesso e que tenha manutenção frequente para que o uso não seja interrompido. Foi recomendada a construção de espaços como os laboratórios (19), além de se melhorar, estruturar e ampliar esses espaços; bem como a ocorrência maior de aulas nos laboratórios com a manutenção dos seus equipamentos.

Outro item citado pelos discentes foi construção de uma quadra (22) para a realização de esportes e atividades físicas. Nas escolas que já possuem esse espaço, indicaram a necessidade de reformas, inclusive com a construção de uma cobertura para que possam utilizá-la em períodos de muito sol ou chuva. Outros pontos com menos recorrência, mas ainda assim lembrados pelos alunos foram: a aquisição de cadeiras mais confortáveis; doação de fardamento aos alunos e a devida fiscalização para que os alunos usem apenas o fardamento tradicional; reformar o telhado porque quando chove molha dentro da sala; aumentar a quantidade de livros na biblioteca; colocar mais ônibus escolares, ter linhas de ônibus exclusivas e, ainda, construir paradas de ônibus na frente das escolas.

É possível identificar, no conjunto das soluções apresentadas pelos discentes, que o foco de suas preocupações está na melhoria das condições físicas, dos materiais e equipamentos das escolas, tornando-se secundárias as questões diretamente relacionadas ao ensino e aprendizagem, como o currículo, a metodologia e a organização do ensino.

Considerações finais

Abordou-se neste trabalho as percepções dos estudantes das escolas públicas de ensino médio do Rio Grande do Norte a respeito dos problemas enfrentados por eles no cotidiano de suas atividades escolares, bem como as possíveis ações que eles mesmos indicam para solucionar ou pelo menos mitigar tais situações. Após a análise de duas questões de um questionário mais amplo aplicado a 1.014 estudantes de ensino médio da rede pública de ensino, as quais totalizaram um conjunto de mais de duas mil respostas, pode-se constatar que os discentes consideram a situação da infraestrutura como a questão mais problemática de suas escolas.

O foco na resolução de problemas básicos como água para o consumo, limpeza e higiene dos espaços das escolas, bem como a ausência de espaços adequados para a realização de atividades pedagógicas, entre outros, faz com que a aprendizagem seja deixada em segundo plano. As discussões sobre o currículo a ser adotado, a metodologia de ensino e a qualificação dos professores, entre outros fatores necessários ao processo de ensino aprendizagem, se tornam menos importantes diante da falta de condições mínimas para a realização das aulas, como o calor excessivo dentro das salas de aula.

Por outro lado, quando solicitados a apresentar soluções para a resolução destes problemas, grande parte dos estudantes se abstém de fazê-lo, talvez por não serem capazes de vislumbrar alternativas para a sua resolução. Quanto ao grupo dos que responderam à questão, evidenciou-se a transferência da resolução dos problemas para a esfera governamental, por meio da destinação de mais verbas e investimentos na educação por parte do governo.

Tal fato demonstra que os discentes esperam que a solução venha do governo e não de ações que eles próprios ou a gestão das escolas poderiam realizar. Evidencia-se assim, a cultura clientelista que se estabeleceu no Brasil, na qual tudo se espera do Estado e definida por Carvalho (2001) como “estadania”. Esta é entendida como uma democracia invertida, na qual a cidadania não é um direito conquistado, mas uma concessão do Estado. Desta forma, os direitos sociais e políticos são concedidos pelo Estado e não resultantes da iniciativa da população. Espera-se, pois, que o governo resolva os problemas sem que a sociedade civil tenha que fazer nada a respeito.

Assim, as conclusões a que se chega neste estudo evidenciam que a reforma do ensino médio em curso, realizada pelo governo federal por meio da Lei Ordinária nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, ao concentrar sua atenção unicamente na flexibilização do currículo, não leva em consideração as reais necessidades dos discentes das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Norte. Cabe aqui questionar se e até que ponto as condições das escolas apresentadas pelos alunos do RN são observadas nos outros estados da federação. Tal questão é campo extenso para a realização de pesquisas semelhantes nestes locais, através das quais se podem ter indicadores claros da situação das escolas públicas a partir das percepções de seus estudantes.

Independente deste aspecto, o presente trabalho apresenta elementos reveladores sobre o que realmente é necessário reformar nas escolas de ensino médio. Segundo o relato dos estudantes pesquisados (831 apontaram problemas e destes 668 apontaram também possíveis soluções), as escolas necessitam de mudanças urgentes em suas condições físicas de funcionamento, com a melhoria dos espaços existentes e a construção de novos espaços, necessários ao desenvolvimento das atividades escolares. Estas são questões primordiais e urgentes na busca por uma educação de qualidade, que realize os objetivos almejados de formação ampla e cidadã para os jovens e adultos brasileiros que estudam ou virão a estudar nas escolas públicas.

Conclui-se, portanto, que a reforma do ensino médio instituída pelo governo federal por meio da Lei nº 13.415/2017 não atende os anseios dos alunos das escolas públicas de nível médio do RN. A reforma em curso, de cunho unicamente curricular, não é capaz de resolver os principais problemas enfrentados pelos estudantes no cotidiano de suas atividades escolares, já que estes sequer se referiram à questão curricular como um problema em suas escolas.

Desta forma, conclui-se ainda que a reforma contribui para exacerbar a dualidade e a exclusão educacional do país e para mostrar que as dificuldades cotidianas dos estudantes e das escolas não estão sendo consideradas na formulação das políticas de ensino médio do país, nem sendo solucionadas pela atual reforma em curso.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 06/03/2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415** de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em 22/03/2017.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania, estadania, apatia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 24 jun.2001.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. **Projeto de Pesquisa**: Ensino médio: políticas, trabalho docente e práticas educativas nas múltiplas formas da etapa final da educação básica. Natal/IFRN: Mimeo, 2013.

LIMA, É. R. S. de. Ensino médio e educação profissional no Brasil: um estudo exploratório das políticas educacionais (1990-2010). 2015. 157 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação Profissional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MOURA, D. H. Mudanças na sociedade brasileira dos anos 2000 limitadas pela hegemonia do neoliberalismo: Implicações para o trabalho e para a educação. In: MOURA, D. H. (Org.) **Produção do Conhecimento, Políticas Públicas e Formação Docente em Educação Profissional**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2013.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014 (Coleção Formação Pedagógica, v. 5).

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em 01 maio 2017.

SILVA, L. L.; AZEVEDO, M. A. Reforma educativa a partir dos anos 1990: implementação na América Latina e Caribe, e particularidades brasileiras. **Revista HOLOS**, Natal, Ano 28, v. 2, p. 250-260, maio 2012.